


Trajetória de um sociólogo entre os mundos da província e da cosmópolis: entrevista com Paulo Henrique Martins

Jânia Perla Diógenes de Aquino


Universidade Federal do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-0129-793X>

perladiogenes@hotmail.com

Mariana Mont'Alverne Barreto Lima

Universidade Federal do Ceará, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-0335-7123>

barretomariana2016@gmail.com

Mariana Barreto; Jânia Perla Aquino: Paulo¹, dividimos nossas questões em quatro eixos: formação, vida profissional e balanço sobre a sociologia brasileira no presente e suas perspectivas. Iniciemos

1. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque é professor titular de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Saúde Coletiva na mesma instituição. Foi professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará entre os anos letivos de 2017 e 2018. Esta entrevista foi realizada em 05 de abril de 2018 pelas professoras Jânia Perla Diógenes de Aquino e Mariana Barreto.

por sua formação. Como começa seu interesse pelas ciências sociais? Em que momento, digamos, se manifesta sua “vocação intelectual”?

Paulo Henrique Martins: Para se entender minha voca o sociológica   necessário fazer uma rápida retrospectiva do meu imaginário familiar e infantil. Venho de uma família ligada à cana-de-a ugar por parte de pai e de mãe. Passei toda minha primeira infância, até os oito anos, morando numa usina de a ugar e continuei frequentando a mesma todos os finais de semana durante parte de minha adolescência. A Usina Jaboatão foi fundada, ainda no século XIX, como usina col nia, por meu bisav  Ant nio Martins de Albuquerque, conhecido como Coronel Martins. Ficava situada no município de Jaboatão, a cerca de 30 quil metros do Recife, e encerrou definitivamente suas atividades nos anos noventa do século XX depois de uma crise familiar que levou meu pai a se afastar do comando da empresa. A casa onde fui criado era um enorme sobrado do século XVIII, situado no alto do morro do engenho onde aconteceram as reuniões preparatórias de intelectuais sob liderança do legendário Coronel Suassuna e que prepararam as rebeliões de 1801 e de 1817, em Pernambuco. Fui criado andando descalço, pisando em fuligem da chaminé da fábrica (que ficava na planície embaixo do morro), amoitado em cima das árvores da mata atrás do “Sobrado”, correndo atrás de lagartixa com badoque fabricado de galho de goiabeira e tira de câmara de ar, viajando no açude na barca de p s de bananeira que a gente mesmo construía. Meu imaginário infantil misturava também o cheiro permanente do melaço e os apitos das “máquinas”, antigas locomotivas inglesas movidas a forno de lenha, chegando na esplanada para girar as moendas. Além dessas imagens oníricas há outros detalhes importantes que ajudam a esclarecer o despertar de minha voca o sociológica. Meu pai, Guilherme, além de ser o diretor industrial da usina que pertenc-

cia a sua família, era também professor e pesquisador da Faculdade de Química da Universidade Federal de Pernambuco onde tinha instalado um bom laboratório de pesquisa na área de orgânicos e onde gostava de ir trabalhar nos finais de semana. Ele me trouxe a curiosidade intelectual pela ciência. Minha mãe, Ninita, já com 30 anos tinha onze filhos, pois a Igreja Católica, na época, proibia o uso de anticoncepcionais. Eu sou o quinto da fileira. Meu pai, um empresário e professor conservador, minha mãe uma católica humanista ligada a Dom Helder Câmara. Ela me trouxe a sensibilidade humanística para a vida e despertou minha preocupação com o social. Outra pessoa importante no meu universo infantil foi meu avô materno, Antonio de Novaes Filho. Meu avô era fornecedor de cana, tendo sido prefeito do Recife durante o período do Estado Novo, Ministro da República com Eurico Dutra e senador por duas legislaturas entre os anos de 1946 e 1962. Com ele, despertei meu interesse por política e por assuntos internacionais. Por longas horas, ficávamos, ele na rede, eu no chão, ouvindo o rádio para comentar sobre as notícias da conjuntura. Minha preocupação com o social começa a brotar com muita ambiguidade e temor nos anos 60 refletindo as diferenças ideológicas entre meu pai e minha mãe, que refletiam diferenças outras entre a reação conservadora dos usineiros e a militância da esquerda católica da época durante os anos 50 e inícios dos 60. Nos inícios dos anos de 1970, entrando na Faculdade de Direito, precisava de emprego e iniciei minha vida de pesquisador. Comecei a fazer pesquisas no Sindicato da Indústria do Açúcar de Pernambuco auxiliando Gileno de Carli, que foi empresário do setor de exportação de melaço e de álcool, ex-presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool e historiador exímio da questão açucareira. Na época, o Sindicato da Indústria criou uma assessoria de pesquisa para acompanhar o processo de modernização da indústria

açucareira, iniciado nos anos 70. Gileno era um homem muito sábio e intelectualmente muito ativo. Eu entrava na sua sala e ele estava com três blocos de papéis. Eu dizia “o que é isso?” e ele respondia “são três livros que estou escrevendo, ao mesmo tempo, sobre a história do açúcar”. Então a minha primeira grande influência técnica foi o Gileno de Carli. Nos anos 70, o perfil das usinas de açúcar era definido, em geral, por pequenas e médias fábricas com produção média de 100 mil sacos de 60 quilos por safra. O Instituto do Açúcar desenvolveu um plano de modernização do setor visto que a produtividade de Pernambuco estava abaixo de outras áreas, sobretudo São Paulo, exigindo medidas de racionalização da produção industrial. Pernambuco tinha, na época, mais de 50 fábricas de açúcar funcionando regularmente. Houve uma importante fusão que reduziu esse número para a metade. Com a modernização açucareira realizada através de empréstimos governamentais gerados por um fundo sobre exportação de açúcar, muitas empresas passaram a triplicar e quadruplicar sua produção industrial. Mas não houve a preocupação objetiva de adequar a produção industrial à matéria-prima agrícola disponível, o que gerou uma crescente disputa entre empresas, abrindo o caminho de muitas falências no setor. Essa experiência com a modernização açucareira em Pernambuco no período foi marcante, sendo a base da tese de doutorado de Terceiro Ciclo que desenvolvi na França entre 1977 e 1981.

J.A./M.B.: O sindicato não era de operários.

P.H.M.: Não! O sindicato era dos usineiros! Aí está uma contradição que tinha que resolver. Por um lado, era pesquisador de uma entidade de produtores de açúcar; por outro lado, me sentia muito atraído pelas questões da cultura popular e do social. Nesse sentido, meus maiores amigos faziam parte da juventude de “esquerda” que questionava o regime político. Nesse período, a sociologia brasileira se

dividia, pelo menos na perspectiva dos estudantes mais críticos do regime militar, entre quem era marxista e quem era liberal. Havia uma confusão de doutrinas e de teorias. Então, quem era marxista tinha, sobretudo, uma afinidade com o pensamento europeu, francês, estruturalista, e quem era liberal, era funcionalista. Diria que as disputas ideológicas da “guerra-fria” entre o bloco soviético e os Estados Unidos e aliados influenciavam o debate acadêmico nacional, revelando certa “colonialidade do saber”, isto é, dificuldades do pensamento crítico brasileiro de pensar os termos da modernização com a própria experiência intelectual.

J.A./M.B.: Você já estava na graduação?

P.H.M.: Minha abertura para temas e atores ligados à crítica social e cultural começou ainda no colegial e se aprofundou na graduação em Direito na UFPE, iniciada em 1971 e concluída em 1975. Em 1970, com 19 anos, já me preparando para o vestibular, fui muito atraído pelos sentimentos difusos de insatisfação da juventude brasileira com o regime militar e com os anseios de expressão cultural, artística e intelectual na busca de libertação de uma nova utopia coletiva. Com alguns amigos com quem mantenho sólidos vínculos afetivos até hoje organizamos algumas atividades culturais e formamos um grupo de estudos para o vestibular. Lembro-me bem das conversas muito instigantes com Antônio Montenegro, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pai de Antônio Montenegro, um dos nossos colegas, que é professor, hoje, do Departamento de História da UFPE. Montenegro, pai, era um orador vibrante e um homem muito sincero. Seus relatos sobre a situação de vida do trabalhador rural ficaram nas minhas memórias e despertavam certa indignação difusa com o sistema açucareiro.

J.A./M.B.: Isso foi em que ano?

P.H.M: Entre 1969 e 1970, eu estava me preparando para fazer o vestibular e entrar na universidade. Em 1969, conheci um professor de filosofia no Cursinho Torres (que preparava para o vestibular), o Valteir Silva, que, depois, veio a ser professor de Filosofia na UFPE. Valteir era um hegeliano muito competente e suas aulas mexiam com todos nós. Com ele tínhamos um grupo de estudos de filosofia geral refletindo sobre o sujeito e a consciência. Ele ajudou muito a nosso grupo que se preparava para o vestibular, a ter uma visão mais crítica da realidade. Quanto mais me informava do que se passava no mundo, mais meus dilemas pessoais se ampliavam. Era muito difícil encontrar um termo de conciliação interior para curar as fraturas geradas pelas vivências simultâneas de pertencimento a uma origem oligárquica, tradicional, por um lado, e de simpatia ideológica a um grupo de estudantes que questionava o poder conservador e aí incluído o “poder dos usineiros”, por outro. Mas vale lembrar que esse dilema gerado pelo pertencimento a famílias ligadas à cana-de-açúcar é recorrente na história da intelectualidade pernambucana sendo perceptível na formação de nomes reconhecidos como Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre e Manoel Correia de Andrade. A vivência com esse dilema levou-me a tomar decisões importantes no período do Curso de Direito no sentido de não seguir a profissão jurídica e buscar outros caminhos mais ligados ao estudo da sociedade. Assim, ao concluir o Curso de Direito, em 1975, já tinha articulado meu deslocamento para o Rio de Janeiro para fazer um curso de especialização na Fundação Getúlio Vargas. Segui um curso de especialização em economia voltado para administração organizacional e mercado de capitais que apenas confirmou que eu precisava ir mais além no entendimento do social. A sociologia estava chegando. Isso foi entre 1975-77. Após o curso na FGV,

consegui uma bolsa do governo francês para fazer o mestrado e doutorado, na França, na área de cooperativismo. Me inscrevi no Collège Coopératif de France para trabalhar com o Henri Desroche, que era especialista na área de cooperativismo. Duas ilustres figuras foram importantes na viabilização dessa decisão. Um deles foi o geógrafo Manoel Correia de Andrade que me deu uma carta de apresentação para o governo francês. O outro foi o célebre artista plástico Cícero Dias, que ilustrou a obra *Casa grande & senzala* de Freyre. Cícero vivia em Paris quando ali cheguei em 1977 e me apresentou a Desroche.

J.A./M.B.: Como você conseguiu a bolsa? Em qual projeto?

P.H.M.: No Rio, fiz curso de francês e apresentei então minha candidatura a uma bolsa de estudos ofertada pelo governo francês. Isso foi em 1977. O fato de apresentar um projeto que tinha grande atualidade para se pensar as políticas de desenvolvimento foi decisivo. Mas o apoio do geógrafo Manoel Correia de Andrade foi fundamental para legitimar meu pedido. Logo depois, nos inícios dos anos 80, o governo francês suspendeu esse apoio internacional para bolsas de brasileiros. Fazia sentido devido ao fato de que o Brasil aparecia como país emergente e capaz de financiar seus próprios bolsistas.

J.A./M.B.: Você lembra qual era o programa?

P.H.M.: Recebi uma bolsa do Crous de Paris². Cheguei à França num momento de grande turbilhão no meio social e acadêmico: muitos exilados de vários continentes inclusive brasileiros. Fui residir no Quartier Latin, a convivência com estudantes exilados, sobretudo brasileiros e latino-americanos, contribuiu para reacender meus dilemas pessoais. A leitura marxista da luta de classes me fazia sentir de algum modo culpado. Embora no íntimo soubesse que tal grade de leitura,

2. Centre Régional des Oeuvres Universitaires et Scolaires de Paris.

que reduzia a organização dos grupos sociais a interesses econômicos, era insuficiente para dar conta da complexidade dos elementos históricos e culturais de meu grupo de pertencimento familiar. Na universidade, havia muitos brasileiros exilados e também estudantes africanos e árabes, além de franceses, claro. Entre os brasileiros, havia alguns que tinham participado da greve de Osasco em 1968, entre os quais Roque Aparecido da Silva, que liderou a greve. Vários eram operários e sindicalistas, outros tinham participado de algum movimento clandestino. São atores que em seguida à bem sucedida campanha pelo retorno dos exilados ao Brasil, passaram a ter papel de destaque na organização da esquerda democrática e das novas lutas sociais. Este era um contexto muito complexo para um personagem como eu, onde o esquema sociológico dominante na época me colocava fatalmente como um símbolo das classes dominantes. O lado usineiro era questionado pelo lado “esquerdista” e isso me deixava com esse sentimento de vergonha e culpa. Além do mais, a base da formação no Institut d’Études sur le Développement Economique et Social – IEDES, ligado à Universidade de Paris I, era o marxismo. Consequentemente, minha primeira tese de doutorado (fiz duas) foi muito influenciada pelo estruturalismo marxista, o que ressoava profundamente na minha alma despertando um sofrimento psíquico considerável. Mas eu intuía que a questão era muito mais complexa. Isso alimentou a minha busca por entender a complexidade das estruturas oligárquicas em países como o Brasil, que não podiam ser reduzidas a modelos teóricos de classes sociais pensadas para a história europeia. Minha busca existencial e intelectual revelava algumas perguntas ocultas que não tinham a ver com as lutas de classes, mas com um desejo de libertação do pensamento crítico em mim. Mais tarde, vim a entender que esta inquietação refletia uma crítica pós-colonial produzida pela ex-

periféria da periferia do capitalismo mundial estando intimamente conectada com as mudanças epistemológicas e políticas mais gerais que vivia a França e o mundo, em geral. Fui aluno do sociólogo grego Nicos Poulantzas, intelectual renomado ligado ao Partido Comunista Francês. Meu orientador de “Matrîse” foi Michel Gutelman, estudioso da questão agrária, e meu doutorado foi dirigido por Yves Gousault, também ligado ao PCF. Apesar de minha inquietação intelectual difusa minha tese sobre a modernização açucareira se apoiou basicamente no estruturalismo antropológico, com influências das teorias de poder de Poulantzas e de Gramsci. Hoje, certamente, eu incorporaria outro entendimento da realidade do poder. Consideraria seriamente as questões éticas, nacionais e coloniais, que problematizam a questão de classe e deslocam o entendimento do agir coletivo para um campo muito mais complexo de determinações morais, culturais e econômicas. A crítica ao estruturalismo e ao marxismo levada na França pela “French Theorie” ou pelo pós-estruturalismo nos anos 80, deslocou progressivamente o debate e envelheceu o estruturalismo marxista. Mas na época, pelo menos nesses institutos universitários com forte presença de estrangeiros, o marxismo era hegemônico. Por isso foi dura a construção do meu lugar na França, num mundo povoado de esquerdistas que, no entanto, eram em geral ligados à pequena burguesia e às classes médias. O fato é que tentei resolver meu dilema buscando me envolver mais nas atividades de apoio aos exilados, aos direitos humanos. Inclusive, cheguei a trabalhar esporadicamente na construção civil para levantar recursos para apoiar financeiramente o retorno dos exilados ao Brasil. Desse modo, eu também espiava um pouco minha culpa de origem de classe, digamos assim, através do trabalho braçal.

J.A./M.B.: Só voltando um pouco para sua formação. O seu avô...

P.H.M.: O meu avô Antonio de Novaes Filho, como já expliquei inicialmente, foi fornecedor de cana e político representando a categoria nos planos local, regional e nacional. Minha família pelos ramos do Carneiro Leão e do Carneiro de Lacerda tem raízes na tradição açucareira desde a descoberta do Brasil. Dizem que essas denominações de animais para nome de família resultavam da necessidade que tinham os cristãos novos de esconderem suas origens étnicas. Meu pai era um homem curioso e com certeza sua versatilidade influenciou meus rumos na vida. Ao mesmo tempo em que era diretor industrial da usina Jaboatão, era líder atuante no grupo de usineiros. Mas era também professor catedrático da escola de química e um pesquisador reconhecido na área por algumas pesquisas importantes como a da tuberculose. Era também *medium* espírita, mediunidade que descobriu ainda na adolescência. Era, enfim, um homem dividido entre ser filho de usineiro com obrigações de gerir o negócio da família, um cientista vocacionado para a pesquisa científica e um vidente religioso. Minha mãe era outra personalidade. Ela era muito ligada ao Dom Hélder Câmara, na época arcebispo de Olinda e Recife e que foi muito visado pelos militares que o tinham como perigoso religioso da esquerda. Minha mãe Ninita chegou inclusive a dirigir a Ação Católica Brasileira naquele período de conflitos importantes na área rural. Nos inícios dos anos 60, eu era pequeno, mas assistia com muita aflição as notícias sobre greve, queimas de canaviais e conflitos armados na Zona da Mata. Eu assistia o conflito de dentro de casa. Meu pai se reunindo com os usineiros e a minha mãe colaborando para enviar víveres para os operários em greve na usina! Então, eu tinha estes conflitos. Na verdade, a elite oligárquica é marcada por conflitos ideológicos e religiosos que atravessam a questão econômica e tornam a luta pelo

poder um processo cultural e psicológico complexo. Ou seja, a organização do poder e da dominação numa sociedade pós-colonial como a brasileira exige um olhar interpretativo transversal que dê conta da interferência dos elementos étnicos e familiares sobre a representação do econômico. A classe burguesa é um projeto anglo-saxão, ligado ao protestantismo histórico, ao laicismo, à acumulação, à poupança, ao trabalho. É isso. Uma descrição de uma cultura de poder muito marcada pelo protestantismo, pelo ascetismo, pela disciplina do trabalho, que é diferente dessas elites que vêm do mundo ibérico, onde a isso se misturam questões de sangue, honra, nome de família, dignidade e religião. Eu sou fruto dessas contradições das oligarquias.

J.A./M.B.: Continuando no tema do Brasil, você até falou um pouco e deu para perceber que a questão das oligarquias era um tema...

P.H.M.: Central porque temos que repensar a ontologia do poder em sociedades de origem colonial e escravista em que a dominação é um sistema de controle e de reconhecimento que atravessa diferentes esferas: econômica, política, burocrática, militar e religiosa. Essa estrutura de poder gera um estado de base patrimonial que se alimenta do sentimento de pertencimento a uma ordem aristocrática, produzindo práticas de exclusão e de violência que refletem questões étnicas e culturais particulares. Nesse sentido, a adoção de teorias sobre o poder e a sociedade que foram pensadas em sociedades industriais movidas pelos conflitos entre capital e trabalho devem ser adequadas às realidades coloniais. Nesses contextos, as racionalidades técnicas e instrumentais, as ações estratégicas e as decisões sobre o poder não obedecem a uma linearidade simplista causal, mas a uma variedade de dispositivos emocionais e morais que revelam a presença da ordem escravista e colonial na sociedade cosmopolita.

J.A./M.B.: Sobretudo para você, do ponto de vista pessoal. Antes de ir para a França, fazer seu doutorado, qual foi seu percurso no Brasil? Os caminhos de seus temas, objetos de pesquisa?

P.H.M.: Como eu disse, na Faculdade de Direito, eu me vinculava a um grupo de estudantes de esquerda, mas que não era ligado aos grupos que entraram na guerrilha armada. Na Faculdade de Direito havia um clima de muito medo. Vários colegas desapareciam sem deixar rastros. Havia infiltrados do Serviço Nacional de Informação, do Exército. Esse medo já vinha de antes, da época do vestibular. Íamos com frequência para uma casa na praia de Candeias, que era bastante isolada e tínhamos receio de que aquele grupo de estudantes pudesse ser visto como uma célula clandestina. Em 1975, fui para o Rio de Janeiro, depois, em 1977, para a França. Tive outras vivências que marcaram minha trajetória sempre entre dois mundos: um, antigo, em extinção, outro, em expansão. Trabalhava no Sindicato do Açúcar e na Cooperativa dos Usineiros. Muitas vezes, após o final do expediente, tirava o paletó e a gravata e seguia para Olinda para ensaiar a brincadeira do bumba meu boi “Boi da Boa Hora”, que tinha sede na casa de Montenegro, então casado com Vitória, na Rua da Boa Hora. Vivía, no corpo e na alma, a passagem de um mundo para outro, da Casa Grande para a Senzala. Não por acaso, minha fantasia na brincadeira era a do “morto carregando o vivo”. Um boneco interessante cuja estética explora a confusão visual entre dois personagens entrelaçados de modo que não se distingue corretamente, à distância, entre quem é o boneco e quem é o ator. Parece o cruzamento de dois seres: um vivo e outro morto. Não era por acaso que eu tinha escolhido ser este boneco. O morto era aquele que carregava a tradição de poder que remetia à escravidão e o vivo era aquele que estava nascendo em mim, que buscava, através da brincadeira, sair do carma do passado

colonial. O morto carregando uma civilização em extinção e o “vivo” querendo se libertar dessa tradição, desse peso, para abrir outra perspectiva social, moral e espiritual. Essa brincadeira foi marcante para toda esta minha geração. Dali saíram intelectuais e educadores que têm papel importante na cena acadêmica pernambucana hoje, como Antonio Montenegro, Antonio Paulo Rezendo, José Batista Neto, Flávio Brayner e artistas como Antonio Carlos Nobrega e Claudio Ferrário, entre outros. Então, vejo isso em mim: um pouco do “morto”, um membro de uma elite decadente, porque o sistema estava em decadência, e um pouco do “vivo”, um novo, uma nova possibilidade de emancipação e de libertação dentro de mim, que se realizou com meu trabalho de pesquisador. Essa vivência não deixa de revelar, num sentido mais amplo, a passagem do mundo agrário para o mundo urbano no Brasil. No Rio, comecei a me inteirar do debate acadêmico sobre o desenvolvimento e li bons autores. Procurava me informar teoricamente para escrever sobre minha experiência na modernização açucareira dos anos 70. Assim, procurei, nessa primeira estadia na França desenvolver uma tese que foi defendida com sucesso, em 1982, sobre o tema “Estado e Questão Regional no Brasil: uma reflexão a partir do caso do Nordeste açucareiro”. Desenvolvi a tese a partir de uma abordagem marxista-estruturalista tentando observar como a modernização do setor se realizava dentro de um movimento progressista mas conservador. O tema me era muito familiar tanto do ponto de vista pessoal como profissional, justamente por ter trabalhado como pesquisador no Sindicato do Açúcar. Numa perspectiva mais ampla, fui muito influenciado pelas leituras de Celso Furtado e também de Caio Prado Junior. Também fiquei muito tocado pelas reflexões de Francisco de Oliveira, que tinha assessorado Furtado na época em que ele foi diretor da SUDENE. Na França, tive acesso à tese sobre o monopó-

lio do açúcar no Nordeste de Maria Nazareth Wanderley, com quem mais tarde convivi no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Suas reflexões contribuíram muito para meu entendimento teórico do objeto. Ou seja, os temas do agrário, da modernização, das elites açucareiras do Nordeste, foram centrais nesta passagem para a vida acadêmica e para me tornar um estudioso da sociologia do desenvolvimento. Eu diria que esses autores brasileiros eram os que mais me atraíam. Gostava do Celso Furtado, ainda gosto, porque é um autor, um economista, que tem uma visão cultural, digamos assim. Tem uma crítica ao desenvolvimento como ideologia, acho interessantíssimo. Ainda hoje é atual. Gilberto Freyre eu conheci pessoalmente, quando trabalhava na Cooperativa dos Usineiros. O presidente da Cooperativa, Rui Carneiro da Cunha tinha boa relação com ele. A obra de Gilberto em grande medida reflete essa tentativa de resolver os dilemas dos intelectuais que transitam entre a província e a cosmópolis. Já na França, eu também li um pouco do Fernando Henrique Cardoso por causa da teoria da dependência; as discussões sobre dependência e marginalidade eram muito fortes entre os que se preocupavam com a questão do subdesenvolvimento ou do desenvolvimento do “Terceiro Mundo”.

J.A/M.B.: Você pensava em sair do Brasil?

P.H.M.: Minha saída do Brasil foi uma questão de sobrevivência, porque meu sistema familiar era muito fechado. Já na Faculdade de Direito eu planejava ir para o exterior e sobretudo para a França. A desvinculação da fidelidade sentimental com o mundo da cana-de-açúcar não foi fácil e é mesmo, em certo sentido, impossível na medida em que se nasce e se cresce num sistema familiar que marca inevitavelmente nossas personalidades. Os mecanismos de fidelidade atravessam a casa grande, a usina e os sistemas de parentescos. Mesmo no Rio

de Janeiro, já longe das tensões diretas do Recife, percebia como os laços familiares eram intensos. Sentia-me muitas vezes como um traidor, como um infiel. Ao mesmo tempo, eu intuía que aquele sistema estava desmoronando e, em seguida, desmoronou de fato. A modernização em grande parte foi um fracasso e não gerou o aumento de produtividade técnica esperado. Assim, a crise financeira levou à falência uma grande parte das usinas no final do século XX. A monocultura sobreviveu a essa crise do açúcar fazendo brotar uma paisagem de tristezas e misérias. Hoje, muitos do ex-usineiros e ex-fornecedores de cana enfrentam dificuldades e não sabem como sair desta lógica monocultural secular. Há um problema cultural. Muitos jovens foram educados para serem “senhores de engenho”, foram ensinados a mandar e não a obedecer. Isto criou um grupo étnico sectário e com dificuldades para trabalhar em empresas modernas geridas pelo trabalho coletivo. Então, eu tinha essa intuição do fechamento de um ciclo civilizacional e eu queria sair disso. Fui analisar esse sistema na academia. A sociologia surgiu para mim como um campo de trabalho que me permitiria entender essa trama.

J.A./M.B.: Mas esse seu diagnóstico é posterior, uma visão dos fatos passados no presente.

P.H.M.: Digamos assim, que a minha tese já contém uma crítica sobre a incompatibilidade entre a lógica oligárquica de poder e a racionalização técnica pensada a partir do modelo “burguês”. Na primeira vez em que estive na França, entre 1977 e 1981, mergulhei na análise de documentos que me dessem luzes sobre a natureza daquele processo de modernização do setor açucareiro em Pernambuco. Tratei da cooptação do Estado patrimonial pelas elites açucareiras, dos desvios de recursos, das negociatas entre empresários políticos e burocratas, da modernização conservadora; enfim, uma série de questões que

eu conhecia pelo ofício e por dentro do sistema. Minha experiência com o marxismo levou-me a concluir, na tese, que não víamos qualquer modernização efetiva nos anos de 1970 no nordeste açucareiro que pudesse ser claramente explicada em termos de passagem necessária e inevitável de uma ordem tradicional e patrimonial para uma ordem burguesa. Ao contrário. As possibilidades de uma “revolução burguesa” pareciam ser sabotadas por uma organização oligárquica que operava a partir de outros parâmetros, não revelando efetivamente uma mudança de mentalidade na gestão da relação capital e trabalho. A tese, então, já tinha uma crítica que era antropológica e sociológica revelando como o poder se organiza por valores e pactos que não se referem necessariamente à ordem econômica como primeira instância (o que contrariava em certo sentido as teses do estruturalismo marxista). Na França, aproximei-me muito da esquerda que criticava o modelo autoritário e participei de uma das primeiras reuniões para a criação do jornal do Partido dos Trabalhadores. No plano pessoal, esse evento faz parte da tentativa de reordenar meu itinerário, de romper com um destino dado pelas origens oligárquicas para abrir outros caminhos mais propícios para a liberação de minhas experiências intelectuais, morais e afetivas. Na verdade, na tradição do patrimonialismo brasileiro, podemos dizer que é muito complexo esse desafio de reinventar a história pessoal em sistemas de parentescos fechados e fidelizados. No Brasil, várias gerações viveram isso, o desejo de romper com uma estrutura de poder oligárquica e instaurar outra ordem possível na vida pessoal e profissional.

J.A./M.B.: Qual era o contexto político na França, quando de sua chegada?

P.H.M.: Revolucionário. A sociologia dos “exilados” se movia pelo desejo obsessivo de ruptura com a ordem capitalista. Havia mui-

tos intelectuais de diversas origens: do Camboja, da China, do Irã, do Vietnã, todos estavam na França. Todo mundo montou a revolução na França, que era vista por muitos como o berço da revolução mundial, reunindo as faunas mais diversas. Imigrados, fugitivos, exilados, voluntários como eu. Na época, a França vivia grandes mudanças. O Partido Socialista elegeu Mitterand em 1981. Foi uma vitória fantástica. As pessoas saíam na rua distribuindo rosas. A esquerda comunista era muito forte também. O Partido Comunista Francês tinha muita presença, chegando, em certo momento, a ter em torno de 20% do eleitorado francês. Com os socialistas, eles fizeram maioria. Paris era o lugar da revolução mundial, nos anos de 1970 a 1980. Depois mudou. Quando volto, no final dos anos de 1980, já estava diferente. Os exilados tinham em grande parte retornado aos seus países para viver suas glórias e fracassos. Havia um clima de receio dos impactos das guerras no Oriente Médio sobre a Europa, receio que tendeu a se aprofundar nas décadas seguintes, com justa razão.

J.A./M.B.: Na sua volta, você fez uma nova tese de doutorado?

P.H.M.: No primeiro período, entre 1977 e 1981, fiz uma tese de doutorado de terceiro ciclo.³ Este diploma, feito em três anos, não era reconhecido em todas as universidades brasileiras como tese de doutorado. Essa tese foi em ciências sociais, no IEDES. Quando cheguei em 1977, minha intenção era ficar no Collège Coopératif, mas logo percebi que esta instituição não iria responder às minhas inquietações, daí fui para o IEDES. Lá conheci Celso Furtado. Nesse período, na França, havia uma divisão entre a sociologia que se ensinava na

3. Nos anos de 1980, o terceiro ciclo da formação universitária francesa possuía duas etapas: a primeira, primeiro ano da formação doutoral, era sancionada pelo DEA – Diplôme d'Études Approfondies e a segunda, com duração de três anos, correspondia aos trabalhos de pesquisa que se encaminhavam para a defesa da tese e era sancionada pelo Doctorat de Troisième Cycle (Thèse).

Escola Altos Estudos em Ciências Sociais – EHESS, e os vários Institutos, que acolhiam os estrangeiros. O meu Instituto era vinculado à Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne. Ali, líamos e ouvíamos Alain Touraine, Fernando Henrique Cardoso, Samir Amin, Charles Bettelheim, Christian Gros, Michel Gutelman, Maxime Haubert e muitos outros estudiosos do desenvolvimento, da dependência e da questão agrária. Essa era a França colonial, digamos assim, que organizava saberes para os futuros quadros dirigentes das ex-colônias. Os estrangeiros se encaminhavam mais para os institutos de desenvolvimento, onde se ilustravam para retornar aos seus países e participar das burocracias desenvolvimentistas. Minha formação nesse período foi largamente marcada por essa cultura do desenvolvimento capitalista pensada desde a Europa. Sintetizando, fui para a França e me enquadrei na área da sociologia do desenvolvimento, que era muito forte à época, e que marcará minha trajetória. Até hoje estas questões me interessam. Minha entrada no mundo acadêmico se dá na Europa. Antes, eu não tinha vínculos maiores com a sociologia no Brasil. Eu não tinha experiência de sala de aula. Comecei a aprender sociologia quando cheguei à França, quando fiz as disciplinas de sociologia na Sorbonne. Nesse período, como já disse, a discussão sobre o desenvolvimento era fundamental, sobretudo para nós que vínhamos da América do Sul, da Ásia e da África. Nosso modelo ideológico era o de que se o desenvolvimento deu certo nos países centrais, nós das periferias teríamos que ir para lá, aprendermos a ser desenvolvimentistas. Houve então uma mudança na legislação francesa buscando adequar a estrutura do doutorado francês à lógica do Phd. Nos anos 80, creio que em 1984, o governo francês fez uma profunda reestruturação buscando unificar o diploma de doutorado que era questionado em outros países como o Brasil. Assim, retornei à França para fazer um novo

doutorado em sociologia e regularizar minha situação profissional. Na época eu era professor da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco – FESP, que posteriormente se transformou na Universidade de Pernambuco – UPE. Minha nova tese de doutorado mudou qualitativamente de rumo. No início queria retomar o tema inicial, mas logo vi que haviam mudado os contextos históricos e teóricos em menos de dez anos. Conheci e frequentei curso de intelectuais renomados como Touraine, Castoriadis e Caillé. A crítica antiutilitarista e, em particular, a crítica à ocidentalização do mundo desenvolvida por Latouche, assim como as discussões sobre imaginário social, deslocaram meu objeto de estudo. O mundo nordestino do açúcar foi perdendo nitidez em benefício de uma sociologia do poder mais ampla, voltada para a análise do papel dos intelectuais nos processos de modernização.

J.A./M.B.: Nesse período você estava mais envolvido com a geografia, economia, história, e menos com a sociologia?

P.H.M.: Quando retornei da França, em 1981, fui trabalhar no Departamento de geografia da UFPE, onde convivi com professores excelentes como Raquel Caldas Lins, Manoel Correia de Andrade e Mário Lacerda de Melo, entre outros. Entendo que essa aproximação foi normal, visto que meu tema de estudo interessava a parte considerável dos geógrafos do Departamento. Inclusive, minha carta de recomendação tinha sido fornecida pelo Manoel Correia de Andrade. Fiquei como professor visitante entre 1981 e 1985, na UFPE. Na oportunidade também fui convidado para atuar na Pós-Graduação em História, chegando a coordenar aquele curso por um certo momento. Em 1985, fui convidado para trabalhar na Faculdade de Administração da Universidade Estadual, então chamada de FESP, mais precisamente num núcleo voltado para inovação tecnológica e gestão de pequenas e médias empresas. Também prestei assessoria ao Reitor da Universidade

criando um núcleo de pesquisas para prestar assessoria a organizações públicas. Em 1988, retorno à França para fazer o novo doutorado em sociologia, onde permaneci até 1992. Retornando ao Brasil, pedi demissão da Universidade Estadual e fui contratado como professor visitante pela UFPE e, em 1994, prestei concurso público, passando a atuar naquele Programa, convivendo com colegas muito experientes e competentes como Heraldo Souto Maior e Silke Weber. Em 1995, com o colega Breno Fontes, criamos o Núcleo de Cidadania e Processos de Mudança – NUCEM, que passou a se desenvolver no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, realizando pesquisas relevantes nas áreas de cidadania e movimentos sociais.

J.A./M.B: Discutiam-se outras sociologias, por exemplo, a norte-americana, alemã?

P.H.M.: Não, não, não havia diálogo. A sociologia francesa era, nesse momento, muito marcada pelo estruturalismo. A virada linguística ainda estava em curso e não havia contaminado as estruturas curriculares tradicionais. Nos Institutos de Desenvolvimento, preponderavam os estudos marxistas estruturalistas, Althusser, por exemplo. Mas havia uma outra sociologia que corria por fora, dialogando com a linguística, com a filosofia política, repensando os contextos de emergência do sujeito social como vemos nas obras de Bourdieu, Tourraine, Castel e muitos outros autores da passagem dos anos 70 para 80. Esse pós-estruturalismo emergente e difuso ganhou força com a crise do estruturalismo e, em particular, do marxismo estruturalista nessa época. Com a virada linguística os sociólogos franceses começaram a se interessar mais profundamente pelas tradições alemãs e norte-americanas. A crise do estruturalismo, entre os anos 70 e 80, levou a sociologia francesa a se abrir para um diálogo transcontinental. Alguns autores foram fundamentais para esse processo. Bruno Latour, por exemplo,

foi para a Califórnia, nos anos 70, trabalhar nos laboratórios científicos, abrindo um caminho importante para incrementar o diálogo e despertar o interesse dos franceses pelas teses interacionistas. Outro francês que teve muita influência nos Estados Unidos, talvez mais que na França, foi Jacques Derrida, que era mais conhecido nos Estados Unidos do que na França. Então, a discussão se ampliava. Começaram as traduções. No entanto, entre os autores de referência na minha formação, destaco o sociólogo grego Nicos Poulantzas. Ele fazia uma discussão sobre política, sobre a teoria do Estado e do poder a partir do marxismo que parecia muito pertinente para meus estudos. Este autor era uma referência para todos nós preocupados com ditaduras e democracias. De um autor como Foucault, por exemplo, só vou me aproximar quando eu volto para França no final dos anos 80.

J.A./M.B.: Ele já havia estado na USP ?

P.H.M.: O Foucault esteve várias vezes no Brasil, a primeira sendo a convite da USP ainda nos anos 60. Roberto Machado se tornou muito amigo dele. O pessoal da filosofia no Brasil tinha um contato mais próximo com o Foucault que os sociólogos. O pessoal da psicanálise também, mas com algumas resistências. A sociologia, essa sociologia militante, onde eu me encontrava, era bem marxista, marcada por referências marxistas e não lia Foucault. Depois, ela vai sofrendo mutações, a partir do pós-estruturalismo e da crise do estruturalismo marxista; as releituras de Gramsci nos anos 80 constituem parte dos esforços de atualização do marxismo. A leitura de Foucault significou uma guinada importante nos estudos sociológicos e nos estudos pós-coloniais na América Latina, Ásia e África. A linha que chamamos hoje de *decolonial criticism* é muito marcada pelo desconstrucionismo metodológico produzido a partir das críticas do discurso.

J.A./M.B.: Sua volta para o Brasil aconteceu em 1981? Quais foram seus caminhos a partir daí?

P.H.M.: Na volta, eu entrei no Departamento de Geografia da UFPE como professor visitante, convidado por Raquel Caldas Lins, e tendo a oportunidade de me aproximar mais de Manoel Correia de Andrade, autor do clássico *A terra e o homem no Nordeste*, que foi publicado por Caio Prado na Editora Brasiliense. Era um Departamento forte, muito ligado à SUDENE, havia vários técnicos da SUDENE que eram professores na UFPE. Os geógrafos do Departamento tinham muito prestígio e levantavam recursos importantes para pesquisas na área das humanidades naquele momento. O Departamento já tinha uma pós-graduação, um mestrado, depois criaram o doutorado. Como minha tese havia sido sobre a modernização açucareira, ela interessava muito aos geógrafos. Na sociologia, eu tinha apenas contato distante com os colegas. Durante esse tempo, na Geografia da UFPE, eu também atuava na pós-graduação em História. Eles tinham muitas pesquisas ligadas à história do açúcar. Fiquei no Departamento de Geografia de 1981 a 1985 e saí para a Universidade Estadual de Pernambuco, FESP, na época, porque meu doutorado de terceiro ciclo não foi reconhecido como tal. Fui para a FESP a convite de alguns colegas que estavam montando um laboratório sobre inovação tecnológica, dirigido por Sérgio Buarque, irmão do Cristovam Buarque. O grupo trabalhava a questão da modernização tecnológica e da gestão de empresas. Eu tinha alguns interesses, nessa época, pelas questões que envolviam a gestão empresarial. Nesse período, atuamos também em atividades de assessoria no desenvolvimento organizacional de empresas públicas. Era um grupo que pensava questões sobre a reforma administrativa do estado e a modernização das pequenas e médias empresas; atuávamos na reforma do governo do estado e da pre-

feitura. De 1985 a 1988, atuei nessa área, trabalhando com sociologia da administração. Em 1988, consegui uma bolsa do CNPq e voltei para a França para um novo doutorado. Minha agenda de pesquisa se organizava em torno destes temas: planejamento, modernização, açúcar e reforma organizacional. Minha formação se articulava a partir da discussão da modernização açucareira. Minha intenção no retorno a França era inicialmente de retomar o tema da tese anterior, mas novos ventos políticos, acadêmicos e teóricos me levaram a viajar por outros horizontes.

J.A/M.B.: Tendo tido uma parte de sua formação fora do país, como ela aparecerá em seus trabalhos, quais trocas se realizaram com a França em termos da constituição de cooperações internacionais?

P.H.M.: Eu tinha um diálogo com alguns pesquisadores do Instituto de Desenvolvimento, fiz boas amizades com alguns colegas africanos e guardava boa relação com o Centro de Estudos Brasileiros na EHESS através da preciosa figura que é a antropóloga Marion Aubrée. Em termos de cooperação, nesse período, eu não cheguei a estabelecer nenhuma, mas tínhamos boas relações com o Instituto de Geografia. Enquanto professor visitante, não tinha muito espaço para firmar uma cooperação mais permanente. Quando voltei ao Brasil, depois da segunda estadia lá, em 1988, abriu-se um espaço para a constituição de cooperações. Defendi a nova *thesis* sobre “Profetismo econômico e mito do desenvolvimento na América Latina”, em 1992. Em 1994 e depois em 2000, retorno para um estágio de professor visitante, na Universidade de Nanterre, onde desenvolvi alguns projetos que interessavam diretamente a Alain Caillé.

J.A./M.B.: Sua trajetória é muito peculiar, pouco convencional...

P.H.M.: Sou um sobrevivente. Eu tenho um sonho desde pequeno,

um sonho que durou toda a minha adolescência chegando à vida adulta. Eu corria e um abismo se abria atrás de mim. Não é interessante?! É exatamente isso que aconteceu com a economia açucareira. É como eu a percebia nos anos 70. Se eu ficasse ali, ia ser tragado pelo abismo. Aquela história da reforma modernizadora e da racionalização técnica pela fusão de usinas escondia muitas manobras financeiras, muitos jogos de poder voltados para deixar as coisas como estavam; não havia nenhuma modernização técnica de fato, nem mudança na cultura gerencial. Os efeitos negativos dessa modernização problemática se evidenciaram a partir dos anos de 1980, com fechamento de usinas e brigas familiares. A nossa chamava-se Usina Jaboatão. No início se chamava Usina Colônia, em referência ao projeto de colonização com estrangeiros que D. Pedro II tinha pensado para a área e que fracassou. O nome oficial era Indústria Açucareira Antônio Martins de Albuquerque, que era o meu bisavó, coronel Martins, fundador da usina no século XIX. Na República, dizem os boatos, o coronel Martins entrava na fábrica com um chicote na mão. Consta-se que dizia “você são homens livres, mas quem tem o chicote sou eu”. Esse era nosso republicanismo, que sobrevive ainda hoje no Brasil.

J.A./M.B.: E nos cursos de geografia, história, administração, você deu aulas, orientou trabalhos...

P.H.M.: Sim, orientei muita gente na história, geografia, nessa área de planejamento, da modernização agrária. Participei de uma pesquisa muito interessante com o Manoel Correia de Andrade, encomendada pela SUDENE, sobre as origens da ocupação no semiárido pernambucano. Eu descobri mapas dos séculos XVII e XVIII que explicam bem a relação entre a ocupação do interior pela pecuária através dos rios e a fundação das cidades. Assim, os povoados indígenas foram se tornando centros comerciais. A língua indígena se tornou referência

para designação de localidades, rios e paisagens. A gente vê até hoje isso aqui no Ceará. Estudamos as bases dos povoamentos, que se davam pelas proximidades dos rios, por causa da água e da proteção aos exploradores que evitavam as matas onde os ataques dos índios eram mais efetivos. Esse estudo, ainda inédito, descrevia, então, a ocupação do semiárido nordestino pernambucano a partir do Rio São Francisco e do Capibaribe. Outro trabalho importante feito por mim e por uma amiga geógrafa, Jacqueline Pernet Grandjan, foi sobre Suape, o atual terminal de cargas situado cerca de 30 quilômetros do Recife. Muitas famílias foram expulsas de suas terras pelo governo estadual e a imprensa não divulgava isso. Nós fomos lá, fizemos levantamentos das famílias, mapeamos tudo, e saiu até a publicação desse nosso trabalho. Fiz muitas pesquisas interessantes nesse período. A Geografia na UFPE tinha mais proximidade com os franceses e com os alemães, Jacqueline Grandjan, Jean Bitoun, Manoel Correia de Andrade, dentre outros pesquisadores, eram franceses ou tinham feito formação na França. Por sua vez, a sociologia da UFPE, nos anos 80, era vista como um grupo mais fechado, embora reconhecida por reunir intelectuais renomados como Heraldo Souto Maior, Silke Weber, Joaquim Falcão, Sílvio Maranhão entre outros. Somente nos anos 90, quando me integrei ao Programa, pude me beneficiar do convívio com os colegas da sociologia.

J.A./M.B.: Observamos que você é um pesquisador que tem transitado por diferentes temáticas e linhas de pesquisa, quais dessas temáticas você considera mais relevante em sua trajetória de pesquisa?

P.H.M.: Quando retornei à França, em 1988, tinha a intenção de retomar minha tese de doutorado sobre a modernização oligárquica no Nordeste do Brasil, defendida em 1982. Retomei a discussão, passei a ver muitas questões que antes passavam despercebidas. A França

já não era a mesma e o clima político era completamente diferente. O fervor revolucionário tinha passado, o Partido Socialista estava em declínio, o país enfrentava muitas tensões com o Oriente Médio e com os efeitos da questão colonial. Aumentaram as tensões entre franceses e árabes, a guerra entre Israel e Egito, em 1988, repercutiu nas relações interculturais em Paris. Minha impressão da cidade mudou. Não era mais um lugar revolucionário. Parecia um mosaico que refletia os conflitos mundiais, uma metrópole que espelhava as fraturas étnicas e raciais, sobretudo as do Oriente Médio e da África. Agora tínhamos a Paris colonial sofrendo os efeitos da colonização, das lutas coloniais, dentro da cidade. Aconteciam fatos impressionantes. As pessoas se cruzavam com desconfiança nas calçadas. As latas de lixo das ruas de Paris eram vedadas devido ao temor de atentados. No meio intelectual, tudo havia mudado. O marxismo estruturalista que me inspirou na tese de doutorado já não existia mais. Althusser estrangulou a mulher e Poulantzas se suicidou, o Partido Comunista declinava, os socialistas estavam em refluxo e expandia-se um mundo multicultural. A sociologia francesa e os Institutos de Desenvolvimento acompanharam o declínio de tudo isso, tendo em vista que a questão do desenvolvimento perdia força e se colocava a abertura para o multiculturalismo e para o multicientificismo. Aí eu me aproximo de duas linhas de pensamento complementares: uma foi o antiutilitarismo, o Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais – MAUSS, criado em 1980; a outra foi a discussão sobre imaginário e subjetividade que Castoriadis desenvolvia nas fronteiras da psicanálise, da economia, da filosofia e da sociologia. O Movimento MAUSS, que edita ainda hoje a excelente *Revue du Mauss*, faz uma crítica à mercantilização no mundo basicamente a partir de duas linhas de pensamento: a escola francesa de sociologia de Durkheim e Mauss, trazendo a questão da

crítica moral ao capitalismo, e a questão da crítica ao totalitarismo da revista *Socialisme ou Barbarie*, que foi coordenada por Castoriadis e Lefort. Então, na minha formação reconheço a influência crescente, nessa época, da sociologia francesa durkheimiana e maussiana, por um lado, e da filosofia política, por outro. Em particular, é importante lembrar que, entre os simpatizantes do MAUSS, havia alguns intelectuais que desenvolviam teses críticas muito interessantes sobre a ocidentalização do mundo e os limites do desenvolvimento como é exemplo Serge Latouche. Logo, muito do que eu havia aprendido sobre modernização, a partir de uma tradição mais positivista-marxista, passou a ser questionado. E aí conheci o Alain Caillé, fundador do MAUSS, que me abriu um entendimento antiutilitarista amplo da sociedade moderna, o que me estimulou a deslocar a crítica teórica do desenvolvimentismo. Quem fez a minha apresentação a Alain Caillé foi o Pierre Bitoun, irmão do Jean Bitoun, que era meu colega no Departamento de Geografia. Pierre disse, “olha, tenho um amigo, o Alain, que está se casando e vai se mudar para um apartamento mais amplo mas que não quer se desfazer do apartamento porque todos os livros estão dentro...”. Eu fui com o Pierre na casa do Alain Caillé e tivemos um encontro muito cordial. Havia ali toda a coleção do Mauss e livros muito interessantes na abordagem antiutilitarista; tinha até a impressora de produção do boletim do MAUSS (precursor da Revista que nascerá em 1989). A biblioteca do Caillé era ampla e com livros das mais diversas áreas refletindo sua formação em filosofia, economia e sociologia.

J.A./M.B.: É o mesmo momento da aproximação com o Godelier?

P.H.M.: Não, com o Castoriadis. O Godelier conheci porque eu tinha uma amiga que trabalhava com ele. A gente se encontrava, mas não foi alguém com quem convivi. Com o Castoriadis, a história foi

curiosa, eu estava vivendo um difícil processo pessoal e o procurei. Sabendo que ele era psicanalista, escrevi para ele que me respondeu. Na carta dizia que, analisando minha situação, constatava que eu não precisava tanto de uma sessão de psicanálise, mas de um interlocutor para pensar questões centrais da vida hoje e me convidou para ir assistir suas aulas. Foi assim que me aproximei da “instituição imaginária da sociedade”. O acesso ao debate antiutilitarista, à psicanálise, à filosofia, à crítica da modernidade e da democracia mudaram meu entendimento da realidade da modernização no centro e na periferia. Assim, emergiu uma nova problemática, que foi aquela da compreensão da própria ideia de modernização, de desenvolvimento, como uma construção ideológica a partir dos intelectuais. Aquilo que anteriormente aparecia como um processo evolucionista, a modernização, agora se revelava para mim como uma construção discursiva. Assim, passei a analisar a participação dos intelectuais nos grandes momentos de crise e de redefinição dos modelos de desenvolvimento nacional.

J.A./M.B.: Temos duas coisas aí. O debate sobre a modernidade tem uma dimensão ideológica, mas a modernidade também aconteceu.

P.H.M.: Sim. Há uma divisão do trabalho técnico na modernidade ocidental que é inegável. Mas é um erro associar tal modernização a um projeto ético; também é um erro considerar que tais processos são eminentemente marcados por decisões econômicas sem considerar os elementos culturais e históricos que influem sobre os valores dos que tomam decisões. A questão da modernização brasileira se revelou então, para mim, como um caso importante para discutir o lugar da cultura e das ideias na construção de políticas de modernização. Se tomamos a modernização brasileira observamos que houve desenvolvimento técnico, crescimento das cidades etc., mas tudo isto

resultava de um determinado pacto de poder guiado pelas elites, que priorizavam certos investimentos imaginários e negligenciava outros. Isto resultou num modelo excludente e concentrador cuja natureza não é dada por alguma inevitabilidade histórica. O desenvolvimento histórico, enfim, não foi uma necessidade dada *a priori*, mas uma trama forjada pelo pacto de dominação nos limites do contexto do desenvolvimento do capitalismo no plano mundial.

J.A./M.B.: Isso. Tem um debate sobre a modernização, ideológico, evidentemente, mas a modernização aconteceu, independente do debate.

P.H.M.: Certo, mas como disse antes, os rumos dos processos de modernização são variados. A Alemanha não precisaria eliminar os judeus para resolver o problema étnico ou da pobreza, nem os norte-americanos jogar bomba atômica em Hiroshima para ganhar a guerra. Os processos técnicos são influenciados por valores e crenças dos que detêm o poder. Por isso, é importante discutir a relação entre desenvolvimento e cultura. O que quero dizer é o seguinte: de repente há uma produção intelectual sobre o que é desenvolvimento que inspira as decisões práticas em termos de políticas de investimento e políticas públicas, interferindo na redistribuição de renda, no nível de pobreza e de emprego. Não basta dizer genericamente que o capitalismo promove a desigualdade. Se ficamos neste plano abstrato não entendemos porque em certas sociedades prosperam as políticas de bem-estar social e em outras não. O debate, nos anos 50, entre intelectuais próximos da Escola Superior de Guerra e intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros era muito significativo. Há uma palestra do Roberto Campos, por exemplo, uma das figuras centrais da modernização do aparelho estatal, que merece ser registrada. Campos, que era um dos conferencistas mais solicitados da Escola Superior de Guerra,

dizia que o grande dilema do Brasil era a dúvida sobre a produção de mais manteiga ou mais canhão. Tal alternativa assustava os intelectuais de esquerda mais preocupados com a questão social e que tinham dificuldades com essa produção intelectual que justificava uma modernização mais autoritária e pragmática. De certo modo, podemos dizer que o golpe de 1964 foi uma opção pelos canhões. Quero dizer que esses intelectuais não eram apenas especialistas, mas ideólogos que interferiam nas escolhas políticas e na construção do desenvolvimento nacional. Roberto Campos era muito ligado aos militares. Golbery era um intelectual hábil em termos de estratégia de segurança. Dizia que o Nordeste do Brasil, por ser muito próximo da África e da Europa, não podia se tornar vermelho, isto é, ficar vulnerável a influência dos comunistas. A crítica deve ser feita, pois ajuda a entender a relação entre política, ideologia e economia na organização das ações de reformas do Estado e de definição dos caminhos do desenvolvimentismo. Justificou-se a entrada do Estado na produção de armas, na produção de energia, etc a partir dessa visão autoritária e positiva muito presente em certos segmentos da burocracia militar nacional. No outro lado, havia uma abordagem mais keynesiana do desenvolvimento, mais preocupada com processos de modernização nacional que contemplasse geração de emprego e renda e que é representada por intelectuais como Guerreiro Ramos, Celso Furtado e outros.

J.A./M.B.: Voltando para França, quais eram suas intervenções no debate francês, naquele período?

P.H.M. Eu publiquei na *Revue Tiers Monde*, que era uma revista muito boa. Publiquei trabalhos sobre o Plano Cruzado e sobre o papel profético dos economistas que emolduravam as políticas desenvolvimentistas. Considerava a competição entre ortodoxos e heterodoxos muito limitada. Este era um debate que interessava a muitos cientistas

sociais na Europa. Estando na França, fui convidado para um excelente evento no Cairo. Ali descobri que o tema do desenvolvimento estava muito mais ligado aos intelectuais da América Latina que do mundo árabe. Para eles, o tema da relação entre modernização e cultura religiosa era mais importante. O tema do desenvolvimento não se colocava unilateralmente. Na oportunidade, apresentei uma reflexão que foi objeto de publicação posterior sobre modernização e secularização para demonstrar como o patrimonialismo na América Latina consistia num pacto teológico e político com características próprias e diferentes da via burguesa moderna na Europa. Na França, também apresentei e publiquei discussões sobre o tema da modernização açucareira para demonstrar os limites da modernização conservadora guiada por uma elite oligárquica que não se preocupava essencialmente com o lucro mas com as estratégias de ostentação e de apropriação. Tive vários convites interessantes, dentro e fora da França, por ser um crítico da questão do desenvolvimento, dos economistas do desenvolvimento, dos ideólogos do desenvolvimento. Assim, minha nova tese de doutorado, defendida em 1992, passou a ter como título *Profetismo econômico e mito do desenvolvimento na América Latina: o caso do Brasil*, que seguia um caminho muito diferente daquela sobre *Estado e questão regional no Brasil: uma reflexão a partir do caso do nordeste açucareiro*, que tinha defendido em 1982. Mudava a fundamentação teórica, seguindo as novas linhas do debate e do contexto mundial e nacional, assim como os novos ventos do debate sobre modernização na Europa e na França. Passei de uma visão evolucionista do desenvolvimento para um entendimento mais discursivo, político e ideológico, da modernização nacional. Entendi o papel do campo intelectual na produção das ideologias da modernização. De certo modo, minha discussão sobre a natureza do desenvolvimento e sobre o papel dos inte-

lectuais na modernização surgiu num momento inapropriado, aquele do debate sobre globalização no Brasil nos anos 90. Essa tese da globalização foi recebida com aplausos por todos na medida em que respondia a um certo anseio libertário com relação ao subdesenvolvimento e que estava inscrito na utopia do desenvolvimentismo nacional. O fato é que o debate sobre globalização contribuiu para a expansão do neoliberalismo na América Latina e no Brasil nos anos 90, seduzindo tanto intelectuais de direita como de esquerda. Entendiam muitos intelectuais que a crise do estado desenvolvimentista abria espaço para uma desejável globalização. Nesse contexto da sociedade mundializada, o estado nacional aparentemente perdia interesse histórico e prático já que o centro do debate, como sugeriu inclusive Octavio Ianni, deveria passar para uma intermediação política global. Assim, o debate sobre desenvolvimento ficou relativamente esquecido somente sendo resgatado a partir do presente século XXI e com a progressiva constatação que o novo modelo nada tinha a ver com a formação de uma sociedade global mais justa do ponto de vista de circulação dos capitais e de oportunidades. Ao contrário, a hegemonia neoliberal provou o quanto a globalização financeira contribuiu para alargar as desigualdades sociais e a desorganização das instituições sociais.

J.A./M.B.: E hoje, quem são os seus principais interlocutores?

P.H.M.: Quando voltei da França, em 1992, ficou claro que não seria fácil levar minha discussão sobre desenvolvimento num contexto de crise do nacional-desenvolvimentismo, por um lado, e de difusão da ideologia da globalização e do neoliberalismo, por outro. Assim, observei que o debate necessitava ser deslocado para outro plano, o da sociedade civil, para observação do desenvolvimento pelas margens. Parecia-me importante entender as condições de emergência dos direitos de cidadania e sua relação com a democracia para retomar o

tema do desenvolvimento como um processo cultural. De certo modo, desloquei meu interesse das políticas de modernização dos estados nacionais para aquele da produção da sociedade civil e da organização social, considerando os aspectos psicológicos, políticos e jurídicos do processo de formação de identidades. De certo modo, podemos dizer que, somente nesse momento, de fato, fiz meu luto com o tema que me motivou a entrar na vida acadêmica, que era aquele da modernização nacional e estatal. Assim, abri outra área de discussão no meu repertório, que foi a área da saúde, que me permitia fazer uma discussão sobre cidadania. Já tinha observado, na minha tese, que o tema do desenvolvimento reduzia a questão da cidadania às preferências do usuário de serviços públicos e ao consumidor. O tema das identidades políticas tinha tratamento teórico muito limitado e, ao meu ver, este era um problema central para se repensar as perspectivas do desenvolvimento. Havia que se sair do enfoque utilitário dos economistas para se entender a complexidade dos processos de construção das práticas sociais e das identidades coletivas. Na perspectiva dos economistas do desenvolvimento, cidadão era aquele que tinha renda para consumir; mas eu queria ver uma outra coisa da cidadania. Era a sociologia me chamando para ir mais longe que uma sociologia do desenvolvimento, para pensar uma sociologia do pós-desenvolvimento. A questão cultural, a questão da ideologia, já me interessava, mas havia um problema sobre o mundo da vida que eu não conseguia ver somente a partir da crítica aos intelectuais. Na sociologia dos intelectuais do desenvolvimento, eu não conseguia ver o outro lado do espelho e foi aí que eu comecei a me interessar pela vida cotidiana. Junto a isso, apareceram chances para eu trabalhar com o problema do suicídio entre estudantes universitários na UFPE. Nesse período, começaram vários suicídios nas casas dos estudantes, estudantes pobres, e eu fui convi-

dado por eles para trabalhar o tema, tanto na casa feminina, quanto na masculina. Trabalhei o fenômeno da depressão entre eles, o que me levou também a uma aproximação com a sociologia clínica que tem na França referências importantes na obra de Eugène Enriquez e de Vincent de Gulejac. A sociologia clínica me permitiu alargar o interesse pelos estudos do imaginário do Castoriadis e aprofundar o entendimento das perspectivas da crítica antiutilitarista.

J.A./M.B.: É interessante essa narrativa, porque vemos paulatinamente você abandonando essa sociologia econômica e se tornando um sociólogo da cultura a partir do Movimento Antiutilitarista, da aproximação com Castoriadis, tudo isso fomentando seu interesse pela sociologia da saúde.

P.H.M.: É, aí já vou me abrindo para uma aproximação com a psicanálise e com a sociologia clínica. A área da saúde me permitiu conhecer melhor o fenômeno da cidadania. Aí surgem muitas questões relativas ao entendimento da cidadania como construto moral, psicológico, histórico, político, ou seja, a cidadania como uma caixinha preta que abre para uma discussão fantástica entre o direito, o inconsciente, a moral e a política. A pesquisa sobre suicídios me deu muitos elementos para alargar esse entendimento. Funcionou como um recurso para entender o valor da subjetividade humana na organização das práticas sociais. Na verdade, Castoriadis também já tinha me trazido as sementes dessa discussão nas suas reflexões sobre o sujeito social. Minha aproximação com a sociologia da saúde, com os pesquisadores da saúde coletiva foi um processo quase natural. Assim, no Brasil, hoje, no campo da sociologia da saúde me considero um dos pesquisadores que tem contribuído para pensar as políticas públicas em saúde sob outras perspectivas. Aqui, devemos assinalar que os estudos sobre a dádiva de Caillé e Godbout e outros autores foram muito importantes

para minhas pesquisas sobre as práticas dos usuários dos programas de saúde no Brasil. Fiz muitas parcerias com colegas da saúde coletiva de vários lugares.

J.A./M.B.: Curioso que, nesse período, parece que as pessoas procuravam muito o Bourdieu e você vai por outro caminho...

P.H.M.: Tanto Caillé como Bourdieu são herdeiros de Marcel Mauss e trazem discussões sobre a teoria da dádiva. Mas eles tinham divergência sobre os sentidos das práticas. Enquanto Bourdieu dava ênfase ao processo de generalização dos interesses no universo simbólico, Caillé preferia generalizar as perspectivas do dom entre interesse e desinteresse, entre gratuidade e obrigação na explicação dos motivos básicos da ação social. Desse modo, considerando que fazia parte do Movimento Anti-Utilitarista, que tinha Caillé como principal formulador, considere mais conveniente aprofundar a linha de reflexão sobre a dádiva para entender melhor a questão da cidadania. Eu também tinha certa proximidade com o Touraine. Sua discussão sobre os novos movimentos sociais e sobre o *self* me tocaram muito. Assistia suas aulas e apreciava muito sua competência intelectual. A vertente do Touraine pensava a América Latina, a democracia.

J.A./M.B.: Hoje você mantém uma interlocução com quem?

P.H.M.: Essencialmente com o Caillé e os intelectuais que trabalham a crítica antiutilitarista e em particular com o debate sobre a dádiva. Essa discussão vem se ampliando para outros países como a Alemanha (Honneth deu recentemente um curso sobre a dádiva) e para a Itália. Tenho, logo, bons contatos com colegas italianos que fazem parte de uma rede chamada “Social One” e que trabalham os temas do amor, da dádiva e da solidariedade. Mantenho igualmente contatos com colegas em universidades da Alemanha, da Bélgica e de Portugal. Voltei para a França no final dos anos 2000, como pes-

quisador, e organizei com o Caillé uma estratégia de divulgação dos estudos antiutilitaristas na América Latina e no Brasil com o apoio da Editora Vozes. A Vozes publicou alguns livros do Caillé e uma coletânea organizada por mim intitulada *A dádiva entre os modernos*. Também publicou, em 2003, meu livro *Contra a desumanização da saúde*, que foi fruto de pesquisa realizada no Brasil e na França sobre a relação da medicina oficial e os campos alternativos. Nesta pesquisa me apoio numa abordagem antiutilitarista da saúde. Também devo lembrar o apoio da Editora da UFPE, que publicou outros livros nossos incluindo a coletânea que organizei com Roberta Campos sobre “Polifonia do dom”. A *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e a *Sociologias* também abriram espaços para divulgar dossiês sobre o tema. Na verdade, a difusão dos estudos sobre a dádiva já vem de antes. Em 1998, publicamos, na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, dois artigos esclarecedores sobre o assunto: o do Caillé intitulado “Nem holismo nem individualismo metodológico. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva”, e um texto do Jacques Godbout, “Introdução à dádiva”. Também trouxemos Godbout para ser palestrante no Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS, ajudando na divulgação do debate. Godbout publicou com Caillé um livro que é central nesse debate, intitulado *Antropologia do dom*, que foi publicado em 1992, pela L’Harmattan, traduzido, em seguida, pela Editora da Fundação Getúlio Vargas e publicado em 1998.

J.A./M.B.: *Era uma coleção específica na Vozes?*

P.H.M.: Não. Com eles publiquei três ou quatro livros. Para a divulgação do debate maussiano no Brasil, contei com as parcerias preciosas de dois colegas, Brasilmar Ferreira Nunes, da Universidade de Brasília – UNB, com quem publiquei uma coletânea sobre “A nova

ordem social” e Genalto Carvalho, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, que era uma referência na área de gestão de empresas, na crítica antiutilitarista na gestão, trabalhando com microcréditos e as moedas alternativas. Ambos também eram próximos do Caillé.

J.A./M.B.: Era uma forma de discutir a questão da cidadania.

P.H.M.: Também. São colegas com quem a gente começava a formar uma rede organizada de estudos sobre a dádiva no Brasil. Organizamos, em 2002, na ANPOCS, um grupo de trabalho sobre o tema, contando com o precioso apoio de Alba Zaluar, que tem importante discussão sobre a reciprocidade. Levei a Alba para conhecer o Caillé em Paris. Fomos ampliando esse movimento que hoje é bem conhecido no Brasil. Orientamos muitas teses de doutorado, artigos e demais publicações. Fizemos uma boa difusão.

J.A./M.B.: Em sua trajetória acadêmica, percebemos que houve alguns engajamentos institucionais e experiências em cargos administrativos, como a presidência da Associação Latino-Americana de Sociologia – ALAS. Atualmente você compõe o comitê científico da área de sociologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Qual a relevância e os principais desafios desses cargos e posições para a comunidade acadêmica e para a trajetória de um professor e pesquisador?

P.H.M.: Sim, fui presidente da ALAS, e também fui diretor da ANPOCS e da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS. Atualmente, estou no comitê científico do CNPq e também já atuei no comitê da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Minha aproximação com a ALAS representou um marco na minha vida acadêmica porque o distanciamento que a sociologia brasileira tinha adotado com relação à sociologia latino-americana prejudicou muito o diálogo intracontinental. A formação da pós-graduação

no Brasil foi muito exitosa do ponto de vista de formação de mestres e doutores por conta dos convênios com universidades da França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, sobretudo. Mas muito problemática em termos da cooperação latino-americana no período. Existiram poucos brasileiros na presidência da ALAS. Na verdade, somos quatro: Theotônio dos Santos, recentemente falecido, Emir Sader, José Vicente Tavares dos Santos e eu. José Vicente foi o grande responsável pela minha entrada na diretoria em 2007. Na verdade, ele teve papel decisivo nesta reaproximação dos estudos sociológicos no Brasil com os do continente. Quando ele anunciou, no encontro da SBS, em Campinas, em 2002, que estava na diretoria da ALAS, algumas pessoas disseram “não existe sociologia na América Latina, você tá louco, sociologia existe na Europa...”. As pessoas desconfiavam. Mas ele realizou um belo congresso, em 2005, em Porto Alegre, e me convidou, na ocasião, para ser coordenador do grupo de trabalho sobre pensamento latino-americano. Em 2007, ele me propôs ser diretor da ALAS e indicou minha candidatura. Eu fui diretor, de 2007 a 2009, na gestão do Alberto Bialakowsky, professor da Universidade de Buenos Aires. Em 2009, me tornei vice-presidente da Associação e, em 2011, organizei o encontro da ALAS em Recife e fui eleito presidente para o período 2011-2013. O encontro do Recife foi muito concorrido com a presença de mais de 2000 pesquisadores não brasileiros. O que demonstrou o despertar notável do interesse pelo incremento do intercâmbio entre brasileiros e pesquisadores da América Latina e Caribe. Desde então, houve um grande investimento de aproximação da sociologia brasileira com a sociologia latino-americana. No Brasil e no Nordeste, tem havido um crescimento significativo de pesquisadores e pesquisas tendo como plano de fundo a América Latina. Também fizemos e apoiamos vários encontros pré-ALAS nestes últimos anos em

Pernambuco e em outros estados visando divulgar a Associação. Enfim, abrimos muitas portas durante este período, ajudando a incrementar contatos, publicações e dissertações e teses sobre América Latina. Recentemente, com a valiosa contribuição de Flávia Lessa, da UNB, foi criada a rede ABLAC, uma rede brasileira de estudiosos da América Latina que vem aparecendo como referência importante na divulgação do debate. Expandimos os eventos sobre a América Latina na SBS e na ANPOCS. Creio que se abriu uma nova perspectiva para as sociologias latino-americanas no Brasil. Do ponto de vista da minha produção, passei a articular as questões do antiutilitarismo e da pós-colonialidade. Então, a maior parte dos meus trabalhos, nos últimos anos, faz uma articulação das epistemologias críticas, pós-coloniais, procurando refletir sobre as mudanças do campo intelectual e a formação de um novo espírito crítico a partir do diálogo Norte Global e Sul Global.

J.A/M.B.: E suas experiências no CNPq, CAPES...

P.H.M.: Quando assumi essas funções pensava que havia mais espaço para negociações políticas, para a construção de uma agenda que possibilitasse a democratização das pesquisas. Depois, vi que a margem para isso era muito estreita. Agora, por exemplo, neste contexto de cortes severos, o que fazemos? Sacrificamos bons projetos, boas solicitações de bolsa de pós-doutorado, pleitos de pesquisadores a bolsas de produtividade, porque não tem dinheiro. No entanto, ao mesmo tempo, é muito importante que a sociologia e as áreas disciplinares em geral mantenham sua presença no CNPq ou na CAPES. É fundamental para garantir algum poder de negociação, embora nossa margem de manobra, nesse momento, seja muito estreita, principalmente para fazer política acadêmica.

J.A/M.B.: Com base nessas experiências institucionais, como você observa a universidade pública no Brasil no que se refere às políticas e estratégias de fomento à pesquisa, formação de pesquisadores, apoiadas e organizadas por estas instituições? Quais suas perspectivas?

P.H.M.: Acompanho todo o ciclo de expansão da pós-graduação na universidade pública brasileira desde os anos 70 até hoje. Lembro que, em 1979, o reitor da UFPB de Campina Grande estava recrutando doutorandos para trabalharem lá, o Renato Ortiz e o Elimar Nascimento foram dois deles. Muita gente que estava exilada, fora do país, foi para Paraíba. Quando da redemocratização, em que a universidade estava se expandindo, houve um significativo recrutamento de estudantes brasileiros para compor os quadros de nossas universidades. O cenário inicial apresentava uma concentração de doutores no Rio de Janeiro, em Brasília e em São Paulo, praticamente. Então, nas últimas décadas, o sistema acadêmico universitário, incluindo a pós-graduação, cresceu muito e se descentralizou. Vejamos, por exemplo, na área de sociologia. Até 1977 tínhamos apenas três programas de pós-graduação, mestrado e doutorado completos. Hoje são mais de cinquenta. Em quarenta anos, aumentou de três para cinquenta e três. Então, imaginemos os investimentos realizados na formação destes mestres e doutores, pensemos na produção de diplomas, hoje, em sociologia, no Brasil. Creio, portanto, que do ponto de vista institucional esse ciclo se fechou. Não há mais dinheiro para financiar estudos fora do Brasil no volume anterior; aliás, não há necessidade de financiar formação de doutores em geral fora do país devido à existência de bons cursos no Brasil. As exceções seriam os casos especiais que necessitam estudos fora do país. Nós temos especialistas em todas as áreas, torna-se difícil identificar uma área ou temática que não esteja

sendo trabalhada pela sociologia brasileira. Para ter uma bolsa fora do país hoje, o candidato precisa dispor de uma temática de pesquisa totalmente inédita, certificar-se de que não tenha ninguém que possa orientá-lo aqui. Do contrário, fará um sanduíche, um estágio. Não há justificativa para fazer fora o que pode fazer aqui. Por outro lado, em uma perspectiva mais crítica, penso que a sociologia no Brasil apesar de seu grande crescimento quantitativo continua muito provinciana. O fato que falamos português ajuda a entender isto. Há outros fatores relativos ao debate avançado sobre temas da atualidade que valorizem abordagens transdisciplinares e novas perspectivas de análise da realidade em crise. A limitada presença de brasileiros nas reuniões da International Sociological Association – ISA é prova disto. Considerando o número de pesquisadores doutores atuando em universidades públicas e privadas e organizações governamentais e não governamentais observa-se que a presença de brasileiros no maior congresso de sociologia é bem restrita. O que explica de fato este provincianismo é tema que merece um bom debate.

J.A/M.B.: Você costuma afirmar que suas questões de pesquisa se integraram tardiamente a um quadro teórico-analítico latino-americano e caribenho e, em alguma medida, imputa tal responsabilidade à formação etnocêntrica que temos no Brasil em nossas graduações em ciências humanas, sociais. No entanto, não existiria uma causa explicativa maior, e mais complexa que esta, cujos efeitos devemos buscar para não reincidirmos no erro, só que desta vez encerrando não só o Brasil, mas toda América Latina e Caribe em seus nacionalismos “puros”?

P.H.M.: Afirmo isso porque os currículos brasileiros eram empobrecidos de estudos americanistas. Uma vez um colega meu de São Paulo disse: “não sei porque você estuda América Latina, porque não

existe sociologia na América Latina, só existe no Brasil”. É claro que isso demonstra um profundo desconhecimento das obras produzidas por parte dos críticos latino-americanos. Desconhecimento e preconceito. Nos anos 60 e 70, havia um bom intercâmbio. De certo modo, os intelectuais exilados ajudaram a formatar esta cooperação. A sociologia na América Latina é muito rica e acho que no momento está começando a haver uma cooperação mais intensa do Brasil com os demais países. Não se trata de valorizar o nacionalismo metodológico como base de construção do pensamento crítico, mas de propor uma sociologia crítica que não se perca em digressões abstratas sem considerar a complexidade dos contextos empíricos dados pelo lugar na construção social e nacional da realidade.

J.A/M.B.: Parece haver um problema anterior, o Brasil não se reconhece como América Latina, a questão do currículo não só reforça, também reflete esta realidade.

P.H.M.: Exatamente. Há ainda uma diferença entre uma tradição lusitana e uma tradição espanhola. Pensar numa sociologia brasileira mais cosmopolita é também pensar na aproximação com os colegas latino-americanos pela prática da própria língua, tendo em vista que o espanhol é a segunda língua mais utilizada no universo acadêmico. Se nos aproximamos, produzimos em conjunto, saímos do Brasil e entramos numa geopolítica internacional luso-espanhola mais intensa. Existe uma produção maravilhosa no México tendo como referência importante a obra de Pablo González Casanova, de Stavenhagen e outros. Também na Argentina, no Perú, no Chile, no Uruguai, na Bolívia, na Venezuela, na Costa Rica, em Cuba, na República Dominicana entre muitos outros países. E todos com suas particularidades: a escola chilena com as suas fortes aproximações com a pesquisa empírica e com a tradição de Luhmann; a escola argentina e sua tradição crítica

entre a sociologia e a filosofia política; a escola peruana com a crítica decolonial herdada de Mariátegui e Quijano etc. Assim quando me refiro ao cosmopolitismo latino-americano é para lembrar a importância de intensificar as trocas de experiências e publicações visando o fortalecimento da sociologia da América Latina em nível global. Evidentemente, também precisamos continuar incrementando as redes e trocas com a Europa, Estados Unidos, mas é fundamental se liberar um pensamento crítico sobre a sociologia global e regional. E isto passa pela expansão das redes regionais.

J.A/M.B.: Talvez um trabalho a ser consolidado pelas novas gerações? Aliás, sobre isso, como você percebe a renovação, observada nos últimos anos, dos quadros profissionais de professores e pesquisadores dentro das universidades públicas brasileiras, para aquilo que se fará em termos de agendas, protocolos de pesquisas, atuação pública destes profissionais etc.? Como lhe parece esta “sucessão geracional” nas instituições e centros de pesquisa Brasil afora? Ainda é possível falar de grandes diferenças entre centros e periferias?

P.H.M.: Sim. Vocês são a geração que está se abrindo para redes maiores, internacionalmente mais fortes. Penso que, de 1970 a 2000, houve muito investimento na formação de pós-graduandos, nas pós-graduações em si, na legitimação de seus processos de distribuição de recursos, de avaliação. Investiu-se muito para estruturar o sistema de pesquisa e pós-graduação no Brasil. Agora, é outro momento, isto é, é um momento de expansão das redes de pesquisas mais horizontalizadas. Há uma produção considerável em todas as áreas e na sociologia que é bem intensa. Há que se trabalhar a autorresponsabilidade dos grupos de pesquisadores na construção de sólidas parcerias nacionais, mas principalmente, internacionais.

J.A/M.B.: No período de abril de 2017 a março de 2018, você foi professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Como você avalia esta experiência, tendo em vista suas passagens anteriores como professor visitante por outras universidades brasileiras?

P.H.M.: Foi muito prazeroso. Aprendi muito com o convívio com os colegas da UFC. Sou muito grato a Glória Diógenes, querida amiga, de ter feito o convite para vir como professor visitante ao PPGS do Ceará. Também tenho muita gratidão aos amigos Irllys Barreira e César Barreira, que me acolheram com muita fraternidade. Vejo que o Programa tem potenciais enormes com algumas áreas já bem desenvolvidas como aquelas de políticas públicas e violência, subjetividades emergentes, cidades e questões urbanas, cultura, arte e estética, teoria social. Sem dúvidas um dos bons programas do Brasil. Também foi muito gratificante conhecer e participar do projeto do Colégio de Estudos Avançados, dirigido por César Barreria e Álvaro Madeiro. Parece-me uma experiência que se for bem sucedida pode vir a ser o modelo de reforma da universidade pública no Brasil assegurando a emergência de saberes transversais e complexos. Além disso, procurei ampliar minha contribuição através dos meus artigos no *Jornal O Povo*, tratando de temas da sociedade e da política no Brasil. Aliás, esta parceria da universidade com a imprensa deve ser sempre estimulada, pois ajuda a divulgar os saberes acadêmicos na opinião pública.

J.A/M.B.: Muito obrigada. Esperamos voltar a conversar outras vezes.

Jânia Perla Diógenes de Aquino é professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e do Mestrado em Antropologia da Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Inter-

nacional da Lusofonia Afro-Brasileira. É pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos da Violência – LEV/UFC.

Mariana Barreto é professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. É pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Comunicação e Artes – GECCA/UFC.

Recebido para publicação em 21/08/2018.

Aceito em 21/08/2018.